

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.412 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 2001

Plenário aprova o Dia da Bíblia  
no segundo domingo de dezembro

PÁGINA 7

Senadores saúdam fim de greve  
dos professores nas universidades

PÁGINA 5

## Álvaro aponta pressões contra CPI, que terá relatório amanhã

O senador Álvaro Dias denunciou em Plenário articulação de bastidores de dirigentes de entidades para influenciar os membros da CPI do Futebol, da qual é presidente, a não aprovarem o relatório final, que será apresentado amanhã pelo senador Geraldo Althoff. Vários parlamentares destacaram a seriedade na condução dos trabalhos da comissão.

PÁGINA 3

### Relatórios do Orçamento começam a ser debatidos

A Comissão de Orçamento entrou na fase de discussão dos dez relatórios setoriais em que foi dividido o projeto orçamentário para 2002. Na quinta-feira passada, foi apresentado o sub-relatório sobre as áreas de Justiça e Defesa Nacional e, nesta semana, devem ser submetidos à comissão todos os demais documentos.

PÁGINA 2

### Comissões discutem crimes na informática

PÁGINA 8



Representantes das áreas de informática e da Justiça participaram da audiência presidida pelo senador Ricardo Santos



Tebet reuniu os líderes partidários na Presidência do Senado para discutir as prioridades neste final de ano

## Tebet: sem consenso de líderes, Senado não votará neste ano mudança na CLT

Se não houver consenso entre as lideranças quanto a eventual pedido de urgência, não será possível votar a proposta de alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ainda neste ano, alertou o presidente do Senado, Ramez Tebet. Na sessão de quinta-feira, o líder do PMDB, Renan Calheiros, afirmou que seu partido não

assinará urgência-urgentíssima para o projeto ser encaminhado ao Plenário do Senado sem passar pelas comissões. A senadora Heloísa Helena observou que a prioridade deve ser a reforma tributária. Os senadores José Eduardo Dutra e Mauro Miranda também fizeram críticas à proposta do Executivo.

PÁGINAS 4 E 5

# Orçamento de 2002 entra em discussão

Comissão mista inicia a análise dos dez relatórios setoriais em que foi dividido o projeto. Previsão é de que ocorra atraso de uma semana, o que adiará o recesso parlamentar de fim de ano

A Comissão Mista de Orçamento entrou quinta-feira na fase de discussão dos dez relatórios setoriais em que foi dividido o projeto orçamentário para 2002. Cada parte tem um relator, e seu trabalho, depois de aprovado pelos deputados e senadores integrantes da comissão, é entregue ao relator-geral, que junta todos os documentos em um só texto.

Na quinta-feira, o senador Wellington Roberto (PMDB-PB) apresentou o sub-relatório sobre as áreas de Justiça e Defesa Nacional, englobando o Ministério da Justiça e os três comandos militares. O setor



Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Carlos Bezerra (C), deve discutir esta semana os relatórios de cada setor

receberá no próximo ano verbas de R\$ 30,7 bilhões, sendo R\$ 26,36 bilhões para os militares e R\$ 3,71 bi-

lhões para a Justiça. A quase totalidade dos gastos se destina ao pagamento de pessoal e encargos

(72,5%), enquanto os investimentos ficam com 11,9% – compra de equipamentos militares e construção e reforma de presídios.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), pretende colocar em discussão, nesta semana, todos os sub-relatórios. Apesar disso, Bezerra acredita que o trabalho da comissão só será encerrado com uma semana de atraso – por lei, o Orçamento do ano seguinte deve ser aprovado até o dia 15 de dezembro. Caso isso se confirme, os parlamentares só entrarão em recesso após o dia 21 de dezembro.

## Motorista pode ter novo exame obrigatório

O Senado vota amanhã projeto que obriga os motoristas profissionais a realizarem periodicamente exames psicológicos. Delibera também sobre requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pedindo que o ministro da Fazenda preste informações sobre os cálculos da dívida externa brasileira. Será votado ainda requerimento em que a senadora Heloísa Helena (PT-AL) solicita informações sobre a dívida do setor agropecuário.

Hoje, os senadores iniciam a discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que aumenta os recursos destinados ao financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Também em segundo turno, amanhã, o Senado vota proposta do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que trata da cobrança de ICMS sobre combustíveis.

## Comissão examina indicações para o Banco Central e o Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado examinará amanhã novas indicações do presidente da República para as funções de diretor do Banco Central (BC) e de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O indicado para o BC é Beny Parnes, enquanto para o Cade está sendo indicado Miguel Tebar Barrioueu. Depois da CAE, os nomes serão submetidos ao Plenário.

Também amanhã, a CAE apreciará pedido do governo do Piauí para tomar empréstimo de US\$ 22,5 milhões do Banco Mundial, destinado a financiar parcialmente o Projeto

de Combate à Pobreza Rural.

Na mesma reunião, os senadores vão examinar solicitação da prefeitura de Juiz de Fora (MG) para assinar dois empréstimos com o Banco ABN Amro, no valor total de R\$ 8 milhões, para a compra de caminhões, tratores e retroscavadeiras para o município.

Os integrantes da CAE também deverão discutir projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que concede incentivo fiscal às empresas que contratarem no mínimo 30% de empregados com mais de 40 anos de idade. Os gastos com esses empregados poderão ser dedu-

zidos do lucro tributável na hora de calcular o Imposto de Renda, desde que a soma final não ultrapasse 25% de toda a folha de salários.

Jefferson Péres afirma que a idade média da população brasileira tem aumentado nos últimos anos, pois caiu o percentual de nascimentos, ao mesmo tempo em que as pessoas estão vivendo mais. Com isso, é cada vez maior o número de pessoas com mais de 40 anos, mas as empresas dão preferência aos jovens para contratação. O projeto tem parecer favorável do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS).

## Infra-Estrutura avalia nomes para direção da ANP

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) analisa amanhã, a partir das 14h, a indicação de Sebastião do Rego Barros Neto para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a recondução de Luiz Augusto Horta Nogueira ao cargo de diretor da agência. A comissão também apreciará projeto de lei

do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que veda a implantação do horário de verão nos estados de Goiás, Tocantins e no Distrito Federal.

Para a mesma reunião da Comissão de Infra-Estrutura, ainda está pautada a votação do requerimento de autoria do senador Paulo Hartung (PSB-ES),

que solicita a realização de audiência pública para que sejam prestados esclarecimentos sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos para o estado do Espírito Santo, especialmente para o município de Baixo Guandu, causados pela implantação da Usina Hidrelétrica de Aimorés.



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 2001

### PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que aumenta os recursos destinados ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; decreto legislativo que aprova o texto do Tratado sobre as Relações de Parceria, celebrado entre o Brasil e a Federação Russa; decretos legislativos aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; redação final do projeto que modifica o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais; entre outros.

### COMISSÕES

17h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: audiência pública para discutir a questão da regulamentação das cooperativas de eletrificação rural. Convidados: José Mário Miranda Abdo, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Paulo Brassard, ministro do STF; Orlando Gonzales, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abrade); Afonso Henriques Moreira Santos, secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia; Jânio Vital Stefanello, presidente da Confederação Nacional das Cooperativas de Infra-Estrutura (Infracoop); e Odílio Ortigoza Lobo, diretor da Recltel Engenharia. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3

### PREVISÃO

#### PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em segundo turno, da PEC que trata de isenção de ICMS; projeto que obriga a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais; requerimento solicitando informações ao ministro da Fazenda sobre mudança nos cálculos da dívida externa brasileira e sobre a nova classificação contábil de operações realizadas entre matrizes e filiais; requerimento solicitando informações ao ministro da Fazenda sobre o perfil da dívida do setor agropecuário, a partir de 1990, a serem obtidas junto aos agentes financeiros e Banco Central, inclusive os recursos dos fundos constitucionais Pronaf, Proceca, Proger Rural e BNDES/Finame.

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: projeto que define escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas para fins de recebimento de recursos públicos; projeto que obriga os novos aparelhos de televisão a conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada; dentre outros.

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: decretos aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para emissores de rádio e TV; entre outros.

Sexta-feira

9h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: decretos aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para emissores de rádio e TV

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Álvaro denuncia articulação de "cartolas" contra CPI

Segundo o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou irregularidades no futebol brasileiro, dirigentes de entidades esportivas estão tentando influenciar senadores para que o relatório final não seja aprovado

## Treinador de goleiro pode ter regulamentação

Entre as matérias a serem examinadas na quarta-feira, a partir das 9h, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), está projeto de lei do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que regulamenta a profissão de treinador de goleiro de futebol. O projeto será examinado em turno suplementar e terá decisão terminativa na CAS. A matéria recebeu parecer favorável do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) e foi aprovada em primeiro turno na reunião do dia 7 de novembro, quando recebeu emenda do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS). Os senadores examinarão agora o parecer sobre a emenda. Também será examinado na reunião substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) a projeto de lei da Câmara, de autoria dos deputados Miro Teixeira e Cidinha Campos, regulamentando o uso médico de silicone. Na quarta-feira passada, Rocha pediu a aprovação da matéria e informou que seu substitutivo não só proíbe a injeção de silicone líquido, a não ser em casos comprovadamente terapêuticos, como considera esse ato lesão corporal, penalizando-o com até 12 anos de prisão. A comissão poderá examinar ainda a regulamentação das profissões de motoboy e mototaxista. O projeto é do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) e tem parecer favorável da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR). Na mesma reunião a CAS apreciará dois projetos em tramitação conjunta. Um do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e outro do ex-senador Luiz Estevão. Ambos concedem desconto no valor de passagens para cidadãos maiores de 60 anos. A matéria recebeu substitutivo do relator, senador Gilvam Borges (PMDB-AP).

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) denunciou

em Plenário uma articulação de bastidores de dirigentes de entidades para influenciar senadores a não aprovarem o relatório final da CPI de Futebol, na qual ele atuou como presidente. "É incrível que alguns 'cartolas' ainda imaginem poder corromper senadores, cooptando-os para sepultar um relatório sério e impecável como o do senador Geraldo Althoff (PFL-SC)", afirmou.

Segundo Álvaro Dias, a maneira "ardilosa" de influenciar se-



Álvaro Dias: o Senado dirá ao país que nem tudo está perdido

nadores é a mesma de sempre: lembrar que as eleições estão próximas, e que esses dirigentes

## Geraldo Althoff apresenta amanhã relatório final sobre as investigações

O relator da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura irregularidades no futebol brasileiro, senador Geraldo Althoff, apresentará seu relatório final amanhã. A sessão está prevista para as 9h30 e, apesar de ainda não ter divulgado o teor do relatório, Althoff adiantou que propará uma nova legislação para o futebol brasileiro.

No texto, o senador pedirá punição para dirigentes de clubes, de federações e da Confederação



Althoff propará uma nova legislação para o futebol

Brasileira de Futebol (CBF) que teriam praticado irregularidades durante suas gestões. Segundo o presidente da CPI, senador Álvaro Dias, o relatório aponta crimes contra a ordem tributária, de evasão de divisas e de enriquecimento ilícito.

Álvaro está confiante na aprovação do relatório de Althoff, mesmo reconhecendo que existem pressões a favor de um relatório paralelo.

## Pressões ilegítimas não serão aceitas, garante Ramez Tebet

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou que vai garantir os trabalhos da CPI do Futebol, enfatizando que "pressões ilegítimas não serão aceitas". Ele acrescentou não ter dúvidas da lisura do trabalho realizado pelos senadores Álvaro Dias, presidente, e Geraldo Althoff, relator.

— Há pressões legítimas, mas as ilegítimas não serão aceitas em hipótese alguma. O presidente da CPI tem poderes para repelir isso e levar o caso à Presidência do Senado. Tenho cer-

teza de que a CPI vai cumprir sua missão — frisou.

Tebet descartou quaisquer suspeitas sobre o trabalho da comissão e disse que confia inteiramente na atuação de Álvaro e Althoff.

— Não tenho dúvidas quanto à lisura do trabalho da comissão. Esta CPI trata de assunto apaixonante, que mexe com todo mundo. Vou garantir o livre exercício da comissão. A CPI é o instrumento mais forte para a apuração de irregularidades — declarou.

podem financiar campanhas. "Aliás, a Confederação Brasileira de Futebol se especializou, nos últimos tempos, em dar dinheiro para campanhas eleitorais, elegendo simpatizantes e até pessoas ligadas diretamente aos clubes de futebol", destacou. Ele lembrou que os senadores foram implacáveis com seus próprios pares e "certamente não se deixarão atingir por uma cooptação imoral, que agride as pessoas de bem".

— Eles terão a resposta negativa que merecem e o Senado dirá ao país que nem tudo está perdido, ao aprovar, por ampla maioria, o relatório de Althoff — garantiu Álvaro Dias.

O senador afirmou que a CPI identificou, claramente, no fute-

bol brasileiro, crimes como evasão de divisas, falsidade ideológica, elisão fiscal, irregularidades fiscais, tributárias e até eleitorais. Segundo ele, a desorganização na Confederação Brasileira de Futebol e nas federações estaduais é grande e intencional, porque torna possível a impunidade, encobrindo os responsáveis.

— A população brasileira talvez esteja esperando ver cartolas sendo algemados e encarcerados. Isso não vai acontecer, mas vamos dar ao Ministério Público e ao Poder Judiciário todos os fatos de que precisam para decidir por uma punição rigorosa e exemplar. Posso afirmar que o futebol nunca mais será o mesmo, pois vamos propor uma legislação adequada e rígida — frisou.

## Senadores destacam seriedade na condução dos trabalhos

O discurso do senador Álvaro Dias denunciando uma articulação de dirigentes do futebol para conseguir a rejeição do relatório final da CPI foi apartado por vários senadores, que elogiaram sua atuação firme na presidência da comissão, bem como a seriedade do relator, Geraldo Althoff.

Para o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO), a CPI precisa do apoio de todos, para colocar um ponto final nessa "fase negra do futebol", como deseja a população brasileira, que tanto ama esse esporte.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) relatou que a reunião de líderes realizada na manhã de quinta-feira cristalizou uma preocupação unânime com a imagem do Senado. "Houve uma decisão no sentido de os líderes partidários tentarem sensibilizar os senadores que estão querendo apresentar relatório alternativo a desistirem da idéia, para que o trabalho de Althoff possa ser aprovado por quase unanimidade", disse.

Para o líder do PSDB, senador Geraldo Melo (RN), a CPI foi séria, recusando-se a ser espetáculo ou virar circo. "Nenhum de seus integrantes ti-

nha intenção de condenar ninguém, apenas de apurar os fatos. Precisamos reconhecer a conduta exemplar do presidente e do relator da CPI, que não se deixaram levar pela emoção e se ativeram à verdade", afirmou.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) aplaudiu a conduta dos integrantes da CPI que tiveram a coragem de enfrentar os poderosos do futebol. Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o relatório de Althoff será aprovado pela maioria dos integrantes da CPI, que reconheceram a seriedade do trabalho.

Segundo o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), os fatos apurados pela CPI são gravíssimos e precisam gerar conseqüências imediatas. "Na Câmara, o deputado Eurico Miranda precisa ser investigado sobre a forma como exerceu seu mandato. Também não têm cabimento as pressões para deixar Ricardo Teixeira (presidente da Confederação Brasileira de Futebol) de fora do relatório. Aqueles que faliram a confederação e várias federações de futebol precisam ser responsabilizados", destacou.

# Tebet: Senado só deve votar mudanças na CLT em 2002

Se não houver consenso entre lideranças partidárias para garantir urgência à matéria, disse, as alterações na Consolidação das Leis do Trabalho propostas pelo Executivo não serão deliberadas pela Casa antes do recesso parlamentar

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse quinta-feira que, se não houver consenso entre as lideranças quanto a eventual pedido de urgência, não será possível votar a proposta de alterações na CLT no Senado este ano, mesmo que a Câmara dos Deputados venha a aprovar o projeto antes do recesso.

— A confirmação da posição dos líderes do PMDB e da oposição quer dizer que esse projeto não será votado no Senado neste ano — afirmou.

Tebet defendeu o direito de os senadores discutirem a proposta, contestado por lideranças da Câmara sob o argumento de que a matéria ainda se encontra em tramitação naquela Casa.

— O Senado pode discutir a CLT e qualquer assunto de interesse nacional, e isso não caracteriza intromissão — afirmou.



Tebet afirmou que é direito dos senadores discutir as propostas antes de o projeto chegar ao Senado. "Isso não é intromissão"

## Trabalhadores terão direitos reduzidos se o projeto for aprovado, alerta Dutra

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) condenou o projeto do Executivo, em tramitação na Câmara dos Deputados, que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), permitindo que acordos entre patrões e empregados estejam acima da legislação trabalhista.

Dutra vê riscos de prejuízos para milhões de trabalhadores filiados a sindicatos frágeis e sem muita expressão, com consideráveis perdas salariais e redução de direitos trabalhistas, incluindo férias e contribuições ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). De acordo com o projeto, observou Dutra, empregados e empregadores poderão negociar a divisão ou até mesmo a redução dos 30 dias de férias e a forma de pagamento.

— Isso é um absurdo — disse, salientando que o projeto, se aprovado, atenderá apenas aos interesses dos empresários, em detrimento dos trabalhadores. Segundo o senador, especulase que o projeto do Executivo seja uma contrapartida que o governo concede ao

empresariado nacional, para compensar o acordo de pagamento do FGTS, assinado este ano.

Dutra lembrou que o projeto que flexibiliza a CLT não vem encontrando respaldo nem mesmo na base parlamentar do governo. Por isso, ele acredita que a iniciativa não será acolhida pelo Plenário do Senado. A senadora Heloísa



Dutra lembrou a falta de apoio inclusive da base governista

sa Helena (PT-AL) e o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) têm a mesma avaliação.

José Eduardo Dutra também respondeu ao que chamou de "saudável provocação" feita pelo jornalista Clóvis Rossi, em coluna no jornal *Folha de S. Paulo*. No texto, Rossi disse que o PT foi um dos maiores críticos da CLT na década de 70, e que sempre defendeu a reformulação da lei e até a sua revogação.

O senador respondeu que a antiga CLT era, sim, uma lei draconiana. Mas informou que a Constituição de 1988 promoveu "profundas alterações" na legislação, tornando-a mais democrática.

## Calheiros garante que PMDB não assina pedido de urgência

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), alertou para a impossibilidade de o Senado votar a proposta que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) antes do fim do ano. "Vou dizer com todas as letras: o PMDB não assinará a urgência-urgentíssima para o projeto vir ao Plenário do Senado sem tramitar nas comissões. Portanto, será impossível votar 'a toque de caixa', como está exigindo o governo federal."

Segundo Calheiros, o máximo



Renan Calheiros não quer votar o projeto "a toque de caixa"

de celeridade que pode acontecer é a urgência constitucional, que prevê 45 dias de tramitação de uma matéria no Senado. O PMDB, afirmou, não vê motivo para "essa sangria desatada" na votação, "sem o devido debate, como se

isso fosse resolver os problemas econômicos que o mundo e o Brasil estão enfrentando". Para Calheiros, não se pode, num momento de crise, tirar garantias da parte mais desprotegida da economia, que é o trabalhador.

## Para Heloísa Helena, prioridade deve ser a reforma tributária

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) protestou contra o projeto do Executivo, em tramitação na Câmara dos Deputados, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Para a senadora, a iniciativa é uma ameaça às conquistas e garantias sociais de milhões de trabalhadores, como as férias anuais de 30 dias.

Heloísa Helena estranha que o presidente Fernando Henrique Cardoso queira reformar a CLT



Heloísa Helena estranha que o governo queira mudar a CLT

"mas não tenha a devida coragem de implantar a reforma tributária, tão esperada por toda a nação".

A senadora também criticou o comportamento do presidente da República em relação à proposta de Orçamento para 2001. Segunda ela,

Fernando Henrique vem transformando o Parlamento "num autêntico balcão de negócios", vinculando a liberação de recursos a interesses políticos.

## Fragilidade sindical "não deixa alternativa para os mais fracos", diz Mauro Miranda

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) criticou em Plenário a tentativa do governo de aprovar o projeto de lei que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Lembrando o provérbio popular de que "a corda sempre arrebenta do lado mais fraco", Mauro Miranda chamou de "operação de guerra" as ações comandadas



Mauro considera que direitos trabalhistas favorecem o mercado

pelo Palácio do Planalto na Câmara dos Deputados para aprovar a proposta. Ele disse que entre as perdas que o trabalhador pode ter estão as férias de 30 dias, o adicional de 25% sobre a hora de trabalho extra, a irredutibilidade do salário, o prazo para registro na carteira e a forma de pagamento do 13º.

O parlamentar refutou as alegações

do presidente Fernando Henrique Cardoso de que o projeto não revoga a CLT, mas apenas flexibiliza sua aplicação, a partir da livre negociação entre patrões e empregados. Mauro Miranda apontou para a fragilidade dos sindicatos de trabalhadores diante do poder patronal e para a atual conjuntura de desemprego, que "não deixa alternativa para o lado mais fraco".

### FÚRIA FISCALISTA

Para o senador, a ampliação dos direitos trabalhistas sempre favoreceu o mercado interno e a

prosperidade das empresas. Ele salientou que a culpa pelas "agruras socioeconômicas do país não pode ser buscada na CLT". E criticou o Estado brasileiro pela "fúria fiscalista", com a imposição de uma excessiva carga tributária — da ordem de 34% do Produto Interno Bruto (PIB) — sobre a sociedade.

— Para piorar a situação, nossa tributação não é progressiva, e sim regressiva: quem ganha menos paga mais imposto. O ICMS sobre a cesta básica rouba mais de 10% do poder aquisitivo do

trabalhador que recebe salário mínimo.

Segundo Mauro Miranda, o presidente Fernando Henrique, que "agora prejudica o trabalhador", deveria ter liderado, desde o início de seu governo, "projeto amplo e corajoso" de reforma tributária. O senador considera que o presidente não tomou a iniciativa para não obrigar a equipe econômica a romper a "camisa-de-força fiscal imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo grande capital especulativo".

## Senado está com a pauta em dia, diz Ramez Tebet

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou quinta-feira, ao sair da reunião de líderes, que a Casa está com a pauta em dia e só depende das matérias que ainda estão em análise na Câmara dos Deputados para fechar os trabalhos da atual sessão legislativa. A reunião teve o propósito de acertar a pauta de fim de ano, com a organização das prioridades para votação, informou.

Tebet lembrou que matérias como a que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a que acaba com a imunidade parlamentar no caso de crime comum e a que corrige a tabela do Imposto de Renda, entre outras, não podem ser examinadas pelo Senado neste momento, pois ainda estão na Câmara.

Também ficou definida, disse Tebet, a prioridade a assuntos importantes como o Orçamento de 2002. Para garantir a votação da proposta orçamentária, existe a possibilidade de prorrogação dos trabalhos por mais três ou quatro sessões, que seriam realizadas após 15 de dezembro.

O líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), presente ao encontro, lembrou que, mesmo ocorrendo convocação extraordinária, projetos em regime de urgência, como o que muda a CLT, não entrariam na pauta, pois precisam ser votados em 45 dias.

### CPI DO FUTEBOL

Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Ademir Andrade (PSB-PA) consideraram a reunião positiva e acentuaram o fato de o Senado estar na dependência dos resultados da Câmara, que está com sua pauta travada por causa do projeto que muda a CLT. Segundo Ademir, ficou acertado que os líderes irão conversar com os senadores de seus partidos que compõem a CPI do Futebol para garantir a aprovação do relatório do senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

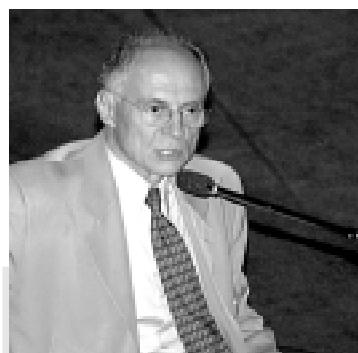
Participaram ainda da reunião os líderes do PL, José Alencar (MG); do PFL, José Agripino (RN); do PSDB, Geraldo Melo (RN); do PMDB, Renan Calheiros (AL); e do PTB, Carlos Patrocínio (TO).

## Suplicy: PT quer corrigir tabela do Imposto de Renda

Em resposta a carta do ministro da Fazenda, Pedro Malan, que quis saber a posição do PT em relação à proposta de correção da tabela do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que tanto ele como o partido são favoráveis à mudança, desde que corrigidas as distorções existentes na proposta do governo.

Suplicy ressaltou que o projeto do governo não corrige de maneira adequada as faixas de incidência do imposto. Segundo o senador, "com o congelamento da tabela desde 1995 houve um aumento não legislado da carga tributária". O parlamentar lembrou que nos Estados Unidos esse fenômeno é conhecido há muito tempo e levou o Congresso a instituir a correção automática das diversas faixas de IR.

A proposta do governo corrige em apenas 11% o limite de isenção, reajuste considerado insuficiente por Suplicy. Na tabela vigente, o trabalhador com renda líquida de até R\$ 900 está isento. Na proposta do governo, quem ganha até R\$ 1.000 não precisará



Eduardo Suplicy respondeu a carta de Malan sobre a posição do partido acerca do IR

pagar Imposto de Renda.

### AMEAÇAS

O senador também solicitou à Polícia Federal medidas preventivas para garantir a segurança dos prefeitos do PT. O parlamentar lembrou o assassinato do prefeito de Campinas, Antônio da Costa Santos, e as ameaças e atentados contra outros petistas.

Por ocasião do Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, comemorado em 29 de novembro, o senador encaminhou requerimento de voto de aplauso à Delegação Especial da Palestina no Brasil.

# Valadares saúda acordo com professores universitários

Para o senador, a greve nas universidades federais teria durado menos se o governo federal não tivesse sido intransigente

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) saudou o acordo firmado com os professores das universidades públicas, que, depois de quase 100 dias de paralisação, obtiveram reajuste entre 12% e 13% do salário-base e devem voltar logo ao trabalho. Para o senador, o fato de o movimento ter durado mais de três meses poderia ter sido evitado se o governo não tivesse sido intransigente.

Valadares disse que "a intransigência do Ministério da Educação" resultou em prejuízos ao ano letivo nas escolas federais, à realização do vestibular para milhares de candidatos e, principalmente, à pesquisa realizada pelas instituições universitárias. As pesquisas, afirmou, deveriam receber todos os estímulos das autoridades, pois "é por meio delas que o Brasil poderá credenciar-se para colocar seus produtos no mercado internacional".

O parlamentar também fez apelo ao presidente da República para



Valadares: intransigência do Ministério da Educação prejudicou alunos e pesquisas

que não volte a fazer uma "infeliz avaliação" dos professores. Na semana passada, lembrou o senador, Fernando Henrique afirmou que os pesquisadores que não conseguiram produzir tornam-se professores.

Para Valadares, além de ser "infeliz", pois desqualifica um setor imprescindível para qualquer projeto de desenvolvimento nacional, a declaração representa uma contradição, uma vez

que Fernando Henrique é professor.

O senador ressaltou que, em vez de promover os meios para o desenvolvimento das pesquisas e, conseqüentemente, da indústria nacional, Fernando Henrique trata os professores de maneira inadequada. Além disso, afirmou, retira subsídios aos produtos nacionais e impõe uma "taxa de juros absurda", responsável pela quebra de inúmeras micro, pequenas e médias empresas em todo o Brasil.

### DENÚNCIA

O senador também denunciou que o governador Albano Franco, de Sergipe, está entre aqueles que estão antecipando 30% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Desse modo, disse, "antes de a mercadoria chegar às lojas, o governo já assalta o bolso do contribuinte". Por essa razão, segundo Valadares, muitas empresas estão saindo de Sergipe para se instalar na Bahia ou Alagoas.

## Ademir considera pequeno o reajuste salarial de 13%

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) congratulou-se com os professores universitários pelo acordo feito com o governo, mas lamentou que tenham sido necessários quase 100 dias para que o Executivo concedesse "apenas" 13% de aumento salarial. Para o senador, foi conseguido muito pouco diante do esforço dos professores.

Ademir lembrou que o reajuste de 13% incide sobre o salário base, que em algumas regiões do país representa menos de um salário mínimo. O senador teme que os professores se sintam desmotivados e propôs que os parlamentares se mantenham alerta para dar continuidade à discussão sobre as condições do ensino brasileiro.

O principal mérito do acordo, para o senador, foi o fato de os professores terem conseguido maior destinação de recursos do Orçamento, possibilitando a equivalência das gratificações de in-



Ademir Andrade teme que os professores universitários se sintam desmotivados

centivo à docência (GID) e de estímulo à docência (GED), e aumentando os salários dos que ganham menos.

Ademir criticou "uma injustiça" com a categoria as declarações do presidente Fernando Henrique de que os professores eram "coitados". O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), na presidência dos trabalhos, também se solidarizou com o movimento dos professores.

## Marina recebe representantes da Cáritas

A senadora Marina Silva (PT-AC) recebeu quinta-feira em seu gabinete o presidente da Cáritas de Portugal, Eugênio da Fonseca, e o diretor da entidade no Brasil, José Magalhães de Souza. O objetivo da visita foi conhecer melhor o trabalho da senadora no combate à pobreza no Brasil. Marina detalhou para os visitantes alguns de seus projetos e defendeu a criação de uma Lei de Responsabilidade Social, que garanta investimentos sociais, criando para os governantes obrigações semelhantes às hoje impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Marina referiu-se também ao Programa Adjunto da Solidariedade, criado por ela para o Acre. O programa, com ênfase na capacitação e educação, envolve todas as políticas públicas estaduais no combate à pobreza e é aberto ao controle e da sociedade. Segundo Eugênio da Fonseca, a importância do trabalho da senadora é reconhecida pela Cáritas Internacional, que luta pelos direitos dos excluídos em 192 países.



# Moreira Mendes defende ajuda à aviação civil

Senador diz que, em muitos aspectos, o setor assume caráter de segurança nacional. Por isso, acrescenta, um conjunto de medidas de curto prazo deve ser analisado para garantir a continuidade operacional das empresas

Em discurso no Plenário, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) pediu que o governo federal estude a adoção de medidas para atenuar a crise na aviação civil, abalada após os atentados de setembro nos Estados Unidos. Ele lembrou que essa tem sido a prática dos governos dos principais países. O senador também apelou para que seja retomada a discussão sobre a criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), com vistas à regulamentação adequada do setor.

— O governo tem obrigação de atentar para a gravidade e os reflexos do eventual colapso da aviação civil e um conjunto de medidas de curto prazo deve ser analisado para garantir a continuidade operacional



Moreira Mendes quer retomar o debate sobre a criação da Agência Nacional de Aviação Civil

das empresas — afirmou.

Na opinião de Moreira Mendes, o transporte aéreo deve ser considerado setor estratégico, especialmente pelo fato de o Brasil ser um país continental. Assim, ele pediu que o projeto de criação da Anac, retirada

do da agenda do Congresso, volte a tramitar.

O novo modelo de regulamentação, segundo o senador, passa pela redução da carga tributária e de taxas de infraestrutura aeroportuária. Ele também sugere que benefícios concedidos a transportadoras estrangeiras sejam estendidos às brasileiras e que os preços dos combustíveis fiquem em “nível adequado”.

— Conclamo os membros do Congresso para que voltemos a discutir o projeto da Anac e, em seu âmbito, um novo modelo de financiamento ao setor, sob pena de contribuirmos para a falência de uma atividade que, em muitos aspectos, assume caráter de segurança nacional — concluiu o senador.

## Osmar critica aumento de pedágios no Paraná

O aumento de até 19,35% nas tarifas dos pedágios localizados em rodovias do estado do Paraná motivou o senador Osmar Dias (PDT-PR) a protestar em Plenário na quinta-feira. Lembrando que a inflação neste ano deve ficar em torno de 7%, Osmar Dias classificou de abusivo o aumento e criticou o governador Jaime Lerner “por atender aos interesses e à ganância das empreiteiras” que controlam as principais rodovias do Paraná.

O senador apontou para o grande impacto econômico dos pedágios, que teriam sido majorados sem qualquer justificativa e sem que as concessionárias tivessem realizado as prometidas melhorias nas estradas. “O valor dos pedágios chega às prateleiras dos supermercados”, disse, criticando ainda o completo abandono de 10 mil quilômetros de rodovias no interior do estado.

Citando dados da própria Secretaria de Agricultura do Paraná, o



Segundo Osmar Dias, o reajuste “atende aos interesses e à ganância de empreiteiras”

parlamentar salientou que, com os pedágios, agricultores têm o custo global de produção aumentado em cerca de 4%. Ele revelou que o valor das tarifas chega a inviabilizar algumas atividades econômicas. O pedágio seria maior do que o lucro de um caminhoneiro autônomo, que alcança apenas a quantia de R\$ 1.500,00 por mês. A produção de calcário, insumo necessário à agri-

cultura, também seria ameaçada em algumas regiões do estado.

Osmar Dias defendeu projeto de sua autoria que obriga concessionárias que exploram os pedágios nas rodovias a abrirem suas contas, para que a sociedade saiba quanto é arrecadado e quanto é efetivamente investido em melhorias nas estradas. Outro projeto, também de Osmar Dias, que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos, obriga a realização de estudos de impactos econômicos e sociais com a privatização do sistema rodoviário.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que a receita extra dos pedágios cobrados no Paraná vai para o “caixa dois” das campanhas eleitorais. Ele referiu-se à denúncia envolvendo o prefeito de Curitiba, Cassio Taniguchi, que declarou gastos de R\$ 3 milhões na campanha e teria arrecadado, na verdade, R\$ 33 milhões.

## Hartung destaca reconhecimento a procurador

Em nome da liderança do PSB no Senado, o senador Paulo Hartung (ES) registrou em Plenário uma moção de reconhecimento aos serviços prestados aos Espírito Santo pelo procurador-geral da República no estado, Ronaldo Albo. A homenagem foi prestada pelos partidos integrantes do Fórum de Oposição do Espírito Santo, em especial pelo desempenho de Albo “no combate aos crimes do colarinho branco”.

À frente do cargo desde 1995, Ronaldo Albo só não conseguiu ampliar o alcance de seu trabalho,

segundo a moção, “por culpa do manto da impunidade” amparado em “leis arcaicas” e “interesses corporativistas”. “Por isso, os partidos do Fórum de Oposição agradecem em nome do povo espírito-santense todo o valoroso esforço deste notável profissional”, declarou Hartung, informando que Albo deixa o cargo em virtude de promoção por mérito no Ministério Público Federal.

Além do senador, referendam a moção de reconhecimento os presidentes estaduais do PL, PT, PPS, PTB, PSB, PMN, PCdoB e PDT.



Hartung registrou a homenagem dos partidos integrantes do Fórum de Oposição do Espírito Santo

## Bancos lucraram R\$ 21 bi na era FHC, diz Valadares

Apesar de reconhecer que a corrosão dos ganhos dos assalariados pela inflação foi reduzida pelo Plano Real, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse na quinta-feira que o governo Fernando Henrique montou uma estratégia que, nos últimos sete anos, favoreceu os 30 maiores bancos em operação no Brasil, beneficiando-os com uma “montanha de lucros” que alcança R\$ 21 bilhões.

— Esse lucro não é proveniente da atividade de empréstimo ao setor produtivo, função precípua dos bancos. Em sua maior parte, veio das operações cambiais e do abatimento do Imposto de Renda dos custos com a compra dos bancos falidos, facilitado pelo governo — acusou Valadares.

Os dados, esclareceu o senador, foram obtidos em reportagem do *Jornal do Brasil*, baseada em estudo da consultoria Austin Asis. Valadares disse que o Plano Real nada mudou em termos de distribuição

de renda — pior, teria agravado o processo de transferência do setor produtivo para o financeiro.

Antonio Carlos Valadares advertiu para o fato de que os R\$ 21 bilhões de lucro dos grandes bancos constituem, segundo o relatório da Austin Asis, um crescimento de 313% de dezembro de 1994 a dezembro de 2000.

— Para se ter uma idéia do absurdo a que chegamos, basta dizer que, apesar do lucro líquido do Banco do Brasil ao longo dos nove primeiros meses deste ano ter alcançado a cifra de R\$ 750 milhões, ele foi nada menos do que três vezes menor que o do Itaú ou o do Bradesco, que são os dois maiores bancos privados nacionais — disse.

Com os lucros que o 30 maiores bancos tiveram “durante a era FHC”, afirmou o senador, mais de um milhão de casas populares poderiam ser construídas, retirando da condição de sem-teto cerca de cinco milhões e duzentos mil brasileiros.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h — *Saúde/Unip* — O sono  
6h30 — *Cidadania* — O sen. Roberto Saturnino e a cineasta Assunção Hernandez falam sobre a nova política do cinema nacional  
7h30 — *Entrevista* — O sen. Lúcio Coelho fala sobre as reformas estruturais no Brasil  
8h — *Canal do Município* — Programa dedicado aos municípios brasileiros  
8h30 — *Saúde/Unip* — O sono  
9h — *As Cores do Brasil* — Alagoas — O paraíso das águas  
9h30 — Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática — Audiência pública sobre a implantação da TV digital no Brasil (gravado)  
11h30 — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
12h — *Expresso Brasil* — Alca, informatização do Congresso e Salvador Dalí  
12h30 — *Entrevista* — O sen. Ademir Andrade fala sobre as desigualdades sociais  
13h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade  
13h30 — *Cidadania* — O sen. José Fogaça e o professor Venício Artur de Lima falam sobre mídia e poder  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 — *Entrevista* — O sen. Geraldo Melo fala sobre o desenvolvimento do Nordeste  
19h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
19h30 — *Cidadania* — O sen. Iris Rezende e o

representante dos prefeitos no Coride, Francisco Guimarães, falam sobre o registro no Entorno do Distrito Federal

20h30 — *Entrevista* — O sen. Arlindo Porto fala sobre a política habitacional  
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

7h — Música, informação e serviço  
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste  
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música, informação e serviço  
9h30 — *Festa de Arromba* — Nos tempos da Jovem Guarda  
Em seguida — Música, informação e serviço  
13h30 — *Festa de Arromba* — Nos tempos da Jovem Guarda  
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da Tarde  
14h30 — Sessão Plenária do Senado  
19h30 — *A Voz do Brasil*  
20h — Música, informação e serviço  
20h30 — *Festa de Arromba* — Nos tempos da Jovem Guarda (reprise)  
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite  
23h — *Vozes do Século XX*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

# Senado aprova a criação do Dia da Bíblia

Homenagem ao livro sagrado poderá ocorrer ainda este ano, no segundo domingo de dezembro, se projeto acolhido pelo Plenário for sancionado pelo presidente da República

Se for sancionado pelo presidente da República, o primeiro Dia da Bíblia pode ser comemorado já este ano com a aprovação pelo Senado, na quinta-feira, do projeto que estabelece que o segundo domingo de dezembro será dedicado à homenagem a esse livro sagrado.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que a religião e a Bíblia são de grande importância para a sociedade moderna, pois são capazes de conter os impulsos negativos dos seres humanos com maior eficiência que o aparelho policial e de segurança.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) reconheceu o papel que a Igreja desempenhou em sua formação para sua atuação política, e considerou fundamental que a Bíblia não seja vista como instrumento que justifique a subserviência do povo aos poderosos.

## EMENDAS

Na sessão, o presidente do Se-

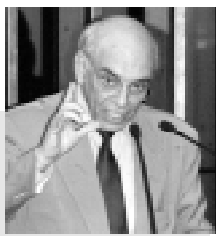
nado, Ramez Tebet, comunicou o adiamento para o dia 12 da votação, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que garante o direito de acumulação de cargos públicos aos dentistas.

Foi concluída a discussão, em primeiro turno, da PEC que cria tribunais regionais federais em Minas Gerais e no Paraná. A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para que seja emitido parecer sobre as duas emendas apresentadas em Plenário. Arlindo Porto (PTB-MG) apelou para que a proposta ganhe prioridade. Para José Alencar (PL-MG), a decisão não pode ser mais adiada.

Os senadores aprovaram radiodifusão comunitária em Monte Verde (MG), Paulista (PE), Espigão d'Oeste (RO) e Treze Tílias (SC), além de permissão para emissora FM em Cachoeiro do Itapemirim (ES).

## Artur da Távola homenageia centenário de Cecília Meireles

O líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), prestou homenagem à poeta Cecília Meireles pelo transcurso de seu centenário de nascimento, comemorado no último dia 7. Em meio ao relato de passagens da vida e de trechos de obras de Cecília, o senador destacou sua atuação em defesa de causas nobres,



Távola aponta caráter "livre e intimista de versos"

como o voto feminino e a reforma do ensino.

— A poesia de Cecília Meireles é uma harpa sonora em que a alma feminina se manifesta de maneira plena.

Ao recordar o início da carreira literária de Cecília, durante o Movimento Modernista de 1922, Távola destacou o caráter "livre e intimista" de seus versos.

## Marluce destaca encontro maçônico em Roraima

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) elogiou o encontro A Maçonaria e a Realidade da Amazônia Roraimense, realizado em Roraima, que teve participação de todos os segmentos sociais do estado, incluindo políticos, representantes sindicais, indígenas e religiosos, além de profissionais liberais. Ela destacou o conteúdo social, humano e de justiça do evento.

No encerramento do encontro, foi divulgada a Carta de Roraima,



Marluce: documento pede garantia da soberania nacional

com várias recomendações, entre as quais a que pede a garantia da soberania nacional, principalmente nas áreas de fronteira, inclusive com maior presença das Forças Armadas.

O documento pede prioridade para uma política nacional para a região, controle e boa gestão dos recursos públicos ou privados aplicados na região por ONGs nacionais e estrangeiras e a garantia de mais recursos para as instituições de pesquisa e universidades.



Maguito critica preço mínimo estipulado para privatização

## Maguito Vilela protesta contra venda da Celg

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) protestou contra a disposição do governo do estado de privatizar a Companhia de Energia Elétrica de Goiás (Celg). Após sucessivos adiamentos, o leilão de privatização da empresa foi marcado para 18 de dezembro, embora três ações tenham sido impetradas na Justiça Federal pelas representações do PMDB, do PT e de entidades da sociedade civil do estado para suspender o processo.

Maguito anunciou o "compromisso público" do PMDB de Goiás de, no caso de a privatização da Celg se concretizar, reverter a transação se o partido ganhar as eleições para o governo do estado em 2002.

Uma das principais queixas de Maguito refere-se ao preço mínimo de privatização da companhia, fixado em R\$ 1,4 bilhão. "Avaliações independentes, muitas contratadas pelo próprio governo, falam em até R\$ 5 bilhões como o valor justo para a Celg", informou o senador.

## Audiência discute cooperativas de eletrificação rural

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) promove hoje audiência pública para discutir a regulamentação das cooperativas de eletrificação rural. A audiência foi solicitada pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), e deve contar com a presença do presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Miranda Abdo; do ministro do STF Paulo Brossard; do presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abrade), Orlando Gonzales; do secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia, Afonso Henriques Moreira Santos, e de outros especialistas no setor.

## Marina lamenta devastação dos manguezais no Nordeste

A senadora Marina Silva (PT-AC) protestou contra a devastação que está ocorrendo nos manguezais do Nordeste, onde, segundo ela, a pesca predatória de camarão e mariscos, feita por empresas asiáticas, está colocando em risco esse patrimônio ambiental brasileiro e inviabilizando a sobrevivência de comunidades tradicionais de pesca artesanal na região.

Marina disse não ser contrária a investimentos estrangeiros no Brasil, mas afirmou não ser possível tolerar que a afeição por lucro



Marina critica pesca predatória feita por empresas asiáticas

imediatamente de grandes empresas dilapide um patrimônio que pertence às gerações futuras.

A senadora aplaudiu a atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), que montou uma operação de vigilância e fiscalização em parceria com a Polícia Federal, e está fazendo levantamento nas áreas mais críticas do Rio Grande do Norte e da Bahia.

Para Marina, a solução está em estabelecer reservas extrativistas marinhas que permitam explorar a pesca dentro de regras para um desenvolvimento sustentado.

## Para Requião, Congresso deve votar todo acordo internacional

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou em Plenário, na quinta-feira, a apresentação de proposta de emenda à Constituição (PEC) que pretende submeter ao Congresso Nacional todos os atos, acordos, convênios e tratados sobre comércio internacional negociados pelo Poder Executivo. Pela PEC, o presidente da República ficaria obrigado a prestar contas ao Legislativo de todas as etapas desses entendimentos, desde o início



Requião: Executivo terá que prestar conta de entendimentos

até sua conclusão.

"O Executivo tem levado a política externa de forma solitária no Brasil", declarou, revelando ter-se inspirado em proposta similar aprovada, em outubro passado, pelo Congresso dos Estados Unidos. Ao aprovar a medida, os congressistas norte-americanos concederam, segundo Requião, um papel fundamental ao Legislativo no acompanhamento de entendimentos comerciais com outros países.

## Carlos Wilson: Mesa avaliará aproveitamento de concursados

O primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PTB-PE), informou que deverá constar da pauta da reunião da Mesa, convocada pelo presidente Ramez Tebet para a próxima quarta-feira, a análise sobre o aproveitamento dos candidatos aprovados no último concurso para o cargo de analista na área de Comunicação Social, realizado pelo Senado em 1997 e cuja vigência termina em fevereiro de 2002.

A informação de Carlos Wilson foi dada em resposta a pronunciamento do líder do PMDB, sena-

dor Renan Calheiros (AL), que defendeu o aproveitamento dos jornalistas aprovados desde que seja demonstrada a necessidade da contratação. Ele criticou a "priorização pela contratação dos terceirizados, como o Senado vem fazendo", e qualificou essa preferência de "inconstitucional, enquanto os concursados vivem o pânico de serem caducar o prazo para seu aproveitamento".

Calheiros destacou que o concurso da área de comunicação foi considerado "um dos mais difíceis entre os realizados no Brasil".

# Debate aponta rumos para lei de crime na informática

Relator Juvêncio da Fonseca informa que manterá contatos com o governo e a Câmara para aperfeiçoar projeto que tramita no Senado

O relator do projeto que define os crimes informáticos, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), informou na quinta-feira, durante audiência pública promovida pelas Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania, que vai manter contatos com o governo federal e com a Câmara dos Deputados, onde tramitam propostas semelhantes, para aperfeiçoar o texto em discussão.

— A importância do tema justifica um esforço comum na busca de um produto final que seja de interesse do país e de toda a sociedade — afirmou Juvêncio, após ouvir, na audiência, as opiniões sobre o tema de representantes de advogados, juizes, empresários e do Poder Executivo.

Uma das principais questões em debate durante a audiência conjunta foi a da própria necessidade de existência de uma lei específica para definir e tipificar os crimes ligados à informática. O diretor-presidente da Associação dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet (Abranet), Roque Abdo, lembrou que muitos dos chamados crimes informáticos já estão previstos em



Ricardo Santos presidiu a audiência pública que discutiu o tema com autoridades do Executivo, advogados, juizes e empresários

outras leis. “O que se deve disciplinar são eventuais lacunas.”

O representante da Associação dos Juizes Federais, Walter Nunes da Silva Júnior, admitiu que comportamentos considerados inadequados, como a pedofilia e os crimes contra a honra, estão tipificados em lei. Ele alertou para a necessidade de se definirem os ilícitos que só podem ser praticados por meio da Internet e os crimes contra o próprio serviço da Internet. Segundo números divulgados pela secretária de Política de Informática e Automação do Ministério de Ciência e Tecnologia, Vanda Regina Scartezin, 3.181 tentativas de ataque à Internet foram registradas no país apenas no primeiro trimestre de 2001.

Nunes defendeu a celebração de acordos internacionais de

combate aos crimes de informática, que possibilitariam a definição da competência desses crimes na esfera da Justiça Federal.

Pelo menos sete novos tipos criminais poderão ser definidos em lei, de acordo com Alexandre Rodrigues Atheniense, vice-presidente da Comissão de Informática do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Entre eles, estariam o acesso indevido a sistemas, a alteração de senhas e a criação de vírus. “Essa definição seria suficiente para preencher a lacuna legal.”

O diretor do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, Eustáquio Márcio de Oliveira, sugeriu que a futura lei preveja a possibilidade de interceptação de comunicações para a apuração de crimes ligados à informática.

## Senadores elogiam discussão sobre a proposta

Durante a audiência pública destinada à discussão do projeto que define crimes ligados à informática, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) lembrou que a Europa e os Estados Unidos já dispõem de legislação nessa área, e considerou oportuno o debate em torno da proposta apresentada pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

— Nesse setor surgem a todo momento novos problemas que devem ser enfrentados com rapidez — afirmou Emilia. A senadora quis saber se havia progressos no combate à pedofilia na Internet. E defendeu maior rigor na fiscalização da divulgação de mensagens racistas pela rede.

Em resposta, o diretor-presidente da Associação dos Provedores de Acesso, Serviço e Informações da Rede Internet (Abranet),



Emilia: problemas devem ser enfrentados com rapidez



Antonio Carlos Júnior destaca necessidade de adaptar legislação

Roque Abdo, disse que o rastreamento de sites que divulgam pedofilia e racismo é bastante difícil. “Os crimes são praticados de forma nova e sofisticada.”

Abdo lembrou ainda que levou quatro anos a discussão de um recente acordo internacional de combate a crimes ligados à informática, celebrado por 29 países. Mesmo assim, a delegação dos Estados Unidos não concordou com a inclusão de dispositivo contra a divulgação do racismo, sob

o argumento de que seria contrário à emenda constitucional que garante liberdade de expressão aos norte-americanos.

Antonio Carlos Magalhães Júnior (PFL-BA) identificou no debate uma convergência sobre a necessidade de se adaptar a legislação existente aos novos temas ligados ao desenvolvimento da informática.

Romeu Tuma (PFL-SP) considerou apropriada sugestão do diretor do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal de que o projeto possibilite a interceptação de comunicações para a apuração de crimes. A audiência foi aberta pelo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Bernardo Cabral (PFL-AM), e depois presidida por Ricardo Santos (PSDB-ES), presidente da Comissão de Educação.

# Fazer cópias de pessoas é repugnante, diz Patrocínio

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) manifestou preocupação com a clonagem humana, anunciada recentemente por uma pequena empresa norte-americana de biotecnologia, a Advanced Cell Technology (ACT). “Fazer cópias de pessoas é algo terrível,



Carlos Patrocínio: homens foram criados à imagem de Deus

perigoso e repugnante”, disse. Ele pediu reflexão aos colegas, por considerar o assunto tão grave quanto a produção de armas químicas, bacteriológicas e nucleares.

Lembrando que o assunto pode afetar a vida humana em seus aspectos físico, espiritual, moral e ético, Patrocínio declarou-se contrário à clonagem humana para fins reprodutivos e reafirmou “extrema cautela” quanto aos processos de “clonagem terapêutica”. Nesse caso, a clonagem seria o meio utilizado para obtenção de células-tronco embrionárias, úteis para a cura de doenças como Mal de Parkinson, Mal de Alzheimer, diabetes e paralisias, entre outras.

O parlamentar, que é médico, criticou o que chamou de “onda de exibicionismo e de falsa ciência”, em que pesquisadores ten-

tam reproduzir em seres humanos experiências realizadas em animais, desprezando aspectos éticos e morais inerentes à pessoa humana. Patrocínio lembrou que a mesma ACT anunciou em 1998 o desenvolvimento de um embrião híbrido de homem e bovino.

Quanto à clonagem terapêutica, o senador revelou-se cauteloso, apesar de não defender o “obscurantismo científico”.

— A pessoa humana não pode ter sua dignidade rebaixada, passando à condição de experimento de laboratório. Os homens não são cobaias, são seres criados à imagem e semelhança de Deus.

Patrocínio salientou que, com relação à clonagem, estão envolvidos muitos interesses, como direitos de propriedade de processos e patentes. Ele disse que as empresas de biotecnologia estão empenhadas, antes de tudo, em obter grandes lucros com suas pesquisas, desprezando qualquer princípio ético.

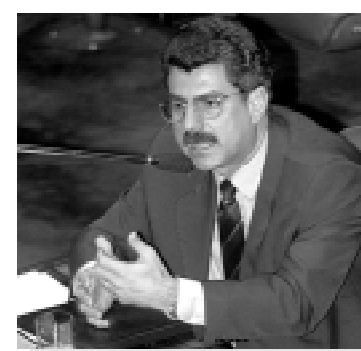
Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) apoiou o discurso de Carlos Patrocínio.

## Jucá defende mais recursos para as Forças Armadas

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) anunciou em Plenário que vai lutar, no Congresso Nacional, a fim de que as Forças Armadas brasileiras obtenham os recursos necessários para um programa de modernização até 2007, a um custo de US\$ 10 bilhões. Segundo ele, os recursos serão usados para preservar interesses nacionais e a integridade territorial.

Jucá informou que grande parte do dinheiro será destinada ao Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Ele observou que estão nos planos das Forças Armadas a compra de novos aviões de última geração para monitorar a região e a modernização dos centros eletrônicos de vigilância.

O senador informou que o presidente Fernando Henrique Cardoso reconhece a necessidade da modernização das Forças Arma-



Jucá anunciou que lutará pela liberação de US\$ 10 bilhões até 2007 para as Forças Armadas

das. E informou que o Exército, por exemplo, necessita de novos blindados, redes de comunicações e recursos para infra-estrutura.

Jucá solicitou a transcrição, nos Anais da Casa, da matéria intitulada “Programa de modernização até 2007 custaria US\$ 10 bilhões”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

A sessão de quinta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Carlos Wilson, Moreira Mendes, Ademir Andrade e Eduardo Suplicy e pela senadora Marluce Pinto